

# É urgente a inflexão nas curvas de degradação econômica

---

Maria Antonieta Del Tedesco Lins

## Resumo

A economia é um forte cabo eleitoral. O incumbente, para se reeleger, adota medidas de cunho popular no período que antecede o voto. As eleições gerais de 2022 no Brasil não foram uma exceção neste aspecto. Mas o vultuoso volume de recursos destinado a seduzir os eleitores não foi suficiente para garantir a vitória do governo. O país foi às urnas após uma sequência de crises, arrastando-se por quase uma década e tendo levado a intenso retrocesso nas condições de vida dos mais pobres. O artigo se propõe a fazer uma anatomia do período de crise, analisando o desempenho da economia e a piora no quadro social. Argumenta que o governo de frente ampla a tomar posse em 2023 enfrentará o desafio de conciliar o atendimento às prementes demandas sociais com a manutenção da estabilidade macroeconômica, notadamente a responsabilidade fiscal. A urgente necessidade de reconstruir a economia e combater a pobreza exigem um plano de governo preciso e focalizado.

## Abstract

The economy is a strong canvasser. In order to be reelected, the incumbent adopts popular measures in the run-up to the vote. The 2022 general elections in Brazil were no exception in this regard. But the voluminous resources aimed at seducing the voters were not enough to

guarantee the government's victory. The country went to the polls after a sequence of crises, dragging on for almost a decade and having led to intense regression in the living conditions of the poorest. The article proposes to make an anatomy of the crisis period, analyzing the performance of the economy and the worsening of the social picture. It argues that the broad front government that will take office in 2023 will face the challenge of reconciling the meeting of pressing social demands with the maintenance of macroeconomic stability, notably fiscal responsibility. The urgent need to rebuild the economy and fight poverty requires a precise and focused government plan.

A economia é reconhecidamente um fator determinante de primeira ordem do sucesso eleitoral de governos que buscam se reeleger. O desempenho econômico e as mudanças no nível de bem-estar da população durante o governo que está terminando são referências concretas para formar a opinião dos eleitores. Esse comportamento se verifica não apenas em eleições nacionais, mas também na renovação de dirigentes subnacionais. A literatura é abundante em mostrar casos em que a relação entre desempenho econômico e sucesso eleitoral dos governos no poder é direta (Lewis-Beck e Stegmaier, 2000, 2007; Oganesyanyan, 2014; Duch, 2007; Fernandes e Fernandes, 2017; *inter alia*).

A realização de eleições em contexto de crises econômicas não é um fenômeno raro na história do Brasil e tem sido uma constante nas últimas duas décadas. Em retrospecto, vimos crises acopladas a eleições desde o final do governo Fernando Henrique Cardoso, quando o pleito de 2002 aconteceu em meio a uma crise iniciada em 1998-99, com os respingos de crises financeiras em países emergentes, o esgotamento do modelo de política econômica estabelecido no Plano Real que levou à reorientação da política econômica, problemas aos quais se somou uma crise energética em 2001, até as eleições de 2018, em que os desdobramentos de uma forte recessão foram intensificados por uma profunda crise política.

Não foi diferente com o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), período em que o produto da economia brasileira cresceu a uma média de

1,2% ao ano e que coincidiu com a pandemia do COVID-19, bem como com efeitos sobre preços de produtos básicos e energia originados pela invasão da Rússia à Ucrânia. No entanto, a ocorrência destes dois choques em escala global não basta para explicar a mediocridade econômica que caracterizou o governo prestes a terminar.

Quando a pandemia eclodiu no primeiro trimestre de 2020, a economia brasileira ainda buscava recuperar-se de uma forte recessão iniciada em 2014, que, combinada com uma profunda crise política, abriu espaço para a vitória de uma alternativa de extrema-direita, construída sobre um discurso antissistema. No campo econômico, mesmo sem apresentar um programa articulado, a tônica foi dada por promessas de reformas liberais que garantiriam a retomada do crescimento econômico. Entre as reformas prometidas estavam o reequilíbrio fiscal, a aprovação de reformas da previdência, tributária e administrativa, um programa de modernização do Estado e privatização de estatais. Destas, só foi aprovada a reforma da previdência.

Em meio a um quadro muito desfavorável na economia e, estando corretos os diversos estudos que avaliam a relação entre economia e sucesso eleitoral, não surpreende a derrota de Jair Bolsonaro em 2022. Porém, dois fatos centrais merecem atenção: a diferença de votos entre os candidatos no segundo turno foi muito estreita, o que se explica, ao menos parcialmente, por o incumbente ter posto em marcha um plano de gastos e benesses na economia sem precedentes na história do país, caracterizando um fenômeno que foi alcunhado como ‘estelionato eleitoral’. Esta extraordinária ampliação de gastos foi viabilizada por meio da aprovação pelo Congresso Nacional de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) alegando estado de emergência e permitindo estes gastos em período eleitoral. Para além da ampliação de gastos, a União deixou de arrecadar R\$ 32 bilhões em impostos sobre os combustíveis, como forma de impulsionar reduções nos preços da gasolina, do diesel e do gás de cozinha.<sup>1</sup>

---

1 Entre as medidas adotadas, estão: controle de preços administrados pela Petrobrás, a despeito da política de Preço de Paridade de Importação (PPI) mantida pela

Este conjunto agressivo de medidas de estímulo nos meses que antecederam o pleito comprova a importância da economia no processo eleitoral.

A proposta aqui não é a de fazer um balanço da economia nos últimos quatro anos, mas sim a de buscar identificar os inúmeros componentes de crise presentes na economia brasileira ao final de 2022, procurando mapear as grandes tarefas que o próximo governo terá de enfrentar na área. Sem a pretensão de fazer um prognóstico de quais serão os alicerces da política econômica no terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2026), procura-se mostrar que a intensa deterioração das condições econômicas no Brasil ao longo da última década impõe ao governo eleito um desafio gigantesco para reverter fenômenos como o aumento da pobreza e da insuficiência alimentar, a redução de investimentos, o desmonte de setores cruciais dependentes de recursos públicos como a saúde e a educação, a perda de importância relativa da indústria de transformação,<sup>2</sup> baixa produtividade de fatores, para dar apenas alguns exemplos do retrocesso que sofreu o país no período recente. Problemas de tamanha amplitude deverão ser atacados em meio a um quadro de contas públicas desequilibradas, pressões inflacionárias internas e externas e ainda diante de uma composição parlamentar a priori desfavorável ao governo.

Esta situação trouxe forte instabilidade para o período de transição entre governos. Desde a confirmação da vitória, o discurso do presi-

---

empresa; ampliação dos repasses de dinheiro direto para beneficiários de programas sociais, tanto em valor como em número de beneficiários, antecipação destes repasses no mês de outubro; concessão de benefícios extraordinários a caminhoneiros e taxistas; duplicação do valor auxílio gás concedido a famílias de baixa renda; e criação de uma modalidade de crédito consignado sobre os valores de transferência de renda a famílias beneficiárias dos programas sociais. (Ver <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/21/governo-bolsonaro-concedeu-r-21-bilhoes-extras-a-eleitores-na-campanha.htm>)

- 2 As contas nacionais (IBGE) mostram que participação da indústria de transformação no PIB brasileiro passou de uma média de cerca de 21% entre 1990 e 1999 para uma média em torno de 12% no período de 2010 a 2021.

dente eleito foi o de reiterar seu compromisso em enfrentar a deterioração das condições de vida da população nos estratos de renda inferior. Em que medida esta prioridade é compatível com as restrições impostas pelo delicado quadro das finanças públicas? Ademais, em se tratando de um governo composto por uma frente ampla formada com o objetivo de afastar as ameaças institucionais e econômicas trazidas pela extrema-direita, a tarefa é ainda mais desafiadora, uma vez que o desenho do novo governo deve acomodar propostas nem sempre convergentes para a economia.

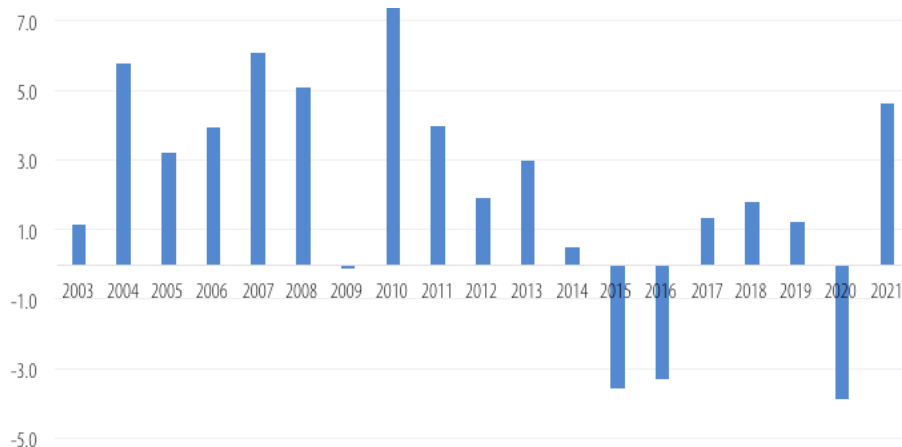
Os resultados da eleição de 2018 devem ser entendidos à luz do esgarçamento do tecido político a partir de escândalos de corrupção e de uma real deterioração da economia com a recessão iniciada em 2014. Já o panorama eleitoral de 2022 foi marcado por uma polarização nunca vista no Brasil, com a democracia ameaçada, o que explica a composição política vitoriosa nas urnas e a consequente dificuldade de estabelecer um plano de reconstrução nacional.

O argumento proposto por este ensaio é de que, embora exista uma aparente contradição entre promover uma diminuição da pobreza por meio de políticas sociais e sanear as contas públicas, a arquitetura da política econômica para os próximos quatro anos deverá, inevitavelmente, conciliar estes dois objetivos. O texto está composto por três seções, além desta breve introdução. A primeira busca mostrar a natureza da crise econômica que envolve o Brasil há quase uma década. Ainda sob os impactos da crise econômica mundial iniciada em 2008, a adoção de diretrizes de política econômica expansionistas com o objetivo de retomar o crescimento a qualquer custo durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), somada à recidiva da crise internacional e contaminada por uma crise política criou as condições para que o país entrasse em uma forte recessão. Em seguida, são apresentadas evidências da derrocada das condições de vida dos grupos de renda mais baixa e a consequente deterioração nos indicadores sociais do país. Uma terceira seção traz considerações sobre as grandes tarefas a serem enfrentadas pelo novo governo a partir de 2023.

## Sucessão de crises

O desempenho da economia brasileira tem sido modesto e errático na última década. A partir de 2014 o Brasil entrou em uma fase de forte recessão, da qual não se havia recuperado quando a pandemia do covid-19 teve início em 2020. Junto com a crise econômica, uma extrema instabilidade política contribuiu para a deterioração de um quadro favorável para decisões de investimento.

GRÁFICO 1. Produto Interno Bruto brasileiro – Taxas de crescimento anual (%)



Fonte: IBGE.

O gráfico 1 apresenta as taxas de crescimento do produto interno bruto entre 2003 e 2021, ilustrando claramente a queda na atividade econômica a partir de 2014. O período foi marcado também por uma forte queda no nível de emprego: a taxa de desocupação, que era de 6,3% em dezembro de 2013, chegou a 14,9% em março de 2021.<sup>3</sup> Certo

3 Considerando aqui a taxa de desocupação medida a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE. O indicador é o percentual de pessoas desocupadas, na semana de referência em que foi levantada, em relação às pessoas na força de trabalho no mesmo período.

alívio foi obtido em 2022, com a taxa de desocupação tendo baixado para 8,7% no mês de setembro.

A recessão de 2015-2016 veio enterrar um período de prosperidade. Não cabe fazer aqui uma análise aprofundada das condições que permitiram conciliar crescimento com a realização de melhorias sociais nos dois mandatos de Lula e tampouco das causas da “virada para baixo” no primeiro mandato de Dilma Rousseff. Mas é certo que um quadro muito favorável no período anterior a sua posse, permitiu que o discurso de Rousseff, em janeiro de 2011, projetasse para os anos seguintes um país com uma classe média importante, com acesso a saúde, educação e lazer. Este posicionamento explica, ainda que em parte, a adoção de uma política econômica fortemente intervencionista, à qual o governo deu o nome de “nova matriz macroeconômica”, e cujos efeitos contribuíram para elevar a inflação e foram pouco efetivos em seu objetivo central (Singer, 2018).

A relevância em retomar alguns elementos desta política econômica está justamente em confrontá-la com o debate em curso após as eleições de 2022, trazendo incertezas durante a transição de governos e sobre as diretrizes que adotará Lula em seu terceiro mandato. A “nova matriz” foi em muitos aspectos diferente da orientação para a economia adotada ao longo do primeiro mandato de Lula (2003-2006) e sua implementação teve um custo político extremamente elevado. De uma tentativa de estabelecer uma convergência entre interesses de trabalhadores e produtores nacionais, o segundo mandato Dilma degenerou em um golpe parlamentar, ao mesmo tempo em que as condições econômicas pioravam com rapidez (Lins, 2019; Singer, 2018).

A partir de 2016, a condução econômica, com o apoio da base parlamentar que sustentou o *impeachment* de Dilma, teve como prioridade a realização de reformas estruturais, todas voltadas a realizar um ajuste fiscal. Entre estas reformas esteve a aprovação da PEC do teto de gastos,<sup>4</sup> estabelecendo um teto de gastos públicos para o país, que passou a vi-

---

4 Emenda Constitucional nº 95 de 15/12/2016.

gorar em 2017. Concretamente, a nova norma estabelece que o crescimento de gastos públicos deverá ser controlado por lei, impedindo que o orçamento enviado ao congresso pelo executivo seja mais elevado do que o do ano anterior em termos reais, podendo ter seu valor total corrigido de acordo com a inflação (Veloso, 2019).

A regra, prevista para valer por vinte anos, determina a possibilidade de realocação de gastos entre áreas de atuação do setor público, ficando o total sujeito à restrição de crescimento real. Já no primeiro ano do governo Jair Bolsonaro, a lei do teto de gastos sofreu mudanças, a primeira delas relacionada com a divisão entre a União e os estados de parte dos recursos originados pela exploração de petróleo (2019) e, em 2021, pela criação de uma PEC emergencial, para fazer frente aos efeitos sobre a renda da Covid-19. O governo Bolsonaro descumpriu ao todo cinco vezes a lei, a última delas, em julho de 2022, consolidou-se por meio da aprovação de outra PEC pelo Senado e Câmara de Deputados em que a decretação de um “estado de emergência” permitiu a aprovação de novas despesas a poucos meses da eleição. Foram estabelecidas medidas para transferência de recursos à população de renda mais baixa e a algumas categorias profissionais, como caminhoneiros e taxistas. O conjunto de medidas somaria recursos da ordem de R\$ 41,2 bilhões, algo reconhecido pelo próprio ministério da Economia como um golpe duro para as contas públicas.<sup>5</sup>

Estas disposições tomadas no último ano do governo ilustraram de forma definitiva o descumprimento das propostas feitas em campanha por Bolsonaro quatro anos antes para a área econômica. Fazendo um balanço rápido dos períodos Temer e Bolsonaro, ainda que tenham sido realizadas reformas consideradas por mercados como imprescindíveis para a volta de um padrão de crescimento sustentado – como a do teto de gastos, a reforma trabalhista em 2017<sup>6</sup> e a reforma da previdência em

---

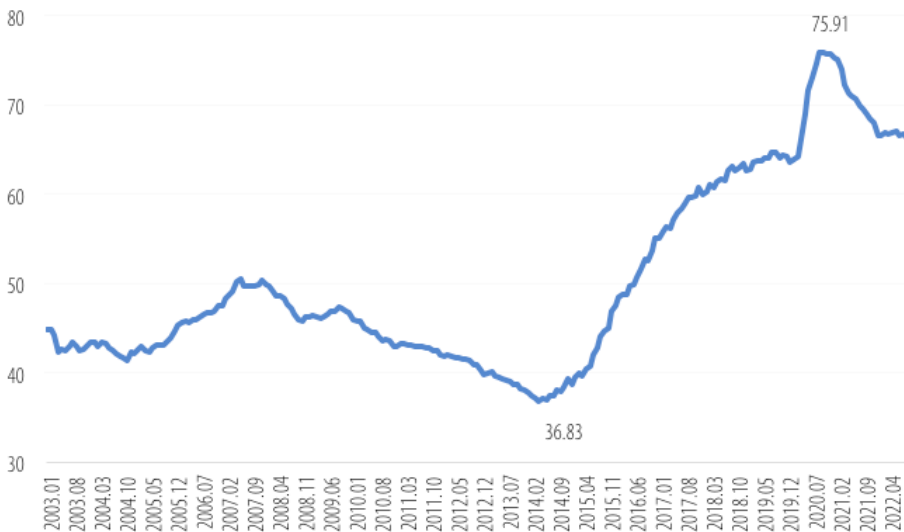
5 Ver detalhamento em <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/11/04/teto-de-gastos-foi-furado-cinco-vezes-no-governo-bolsonaro-veja-a-lista.ghtml>. Acesso em 15.nov.2022.

6 Ministério da Fazenda, 2018.



2019<sup>7</sup> –, estas não foram suficientes para estimular os ânimos da atividade econômica. Somou-se a estes fatores uma constante instabilidade política engendrada pelo próprio núcleo central do governo. O ano de 2020 ficará marcado pela interação de três grandes crises concomitantes: a política e a econômica, às quais se juntou a crise sanitária, contribuindo para aprofundar as anteriores e sendo muito agravada por elas. 2021 apresentou um crescimento de 4,6%, recuperando as perdas do ano anterior, ritmo que não se manteve em 2022, quando a inflação em alta ensejou uma série de elevações da taxa básica de juros pelo Banco Central e a guerra na Ucrânia afetou a economia global.

GRÁFICO 2. Dívida interna líquida em % do PIB



Fonte: Banco Central.

As finanças públicas estiveram no centro das preocupações econômicas desde 2014. Os vários cortes de despesas no período recente não deram conta de segurar o déficit primário do governo, que chegou a 9,4% do PIB no final de 2020. Tanto pela menor atividade econômica, como pela ele-

7 Emenda constitucional Nº 103 de 12/11/2019.

vação dos juros de 2022, e pelo imperativo de aportar recursos públicos a áreas prioritárias como educação e saúde, a necessidade de sanear as contas públicas é premente. A trajetória recente evidencia a amplitude deste desafio. O gráfico 2 ilustra a trajetória da dívida interna líquida desde 2003 e chama atenção para o crescimento da dívida desde o final de 2014, que chegou a quase 76% do PIB no último trimestre de 2020.

Os esforços nem sempre frutíferos para a melhora das contas públicas passaram por uma forte redução de gastos na área social. Afora os recursos destinados ao auxílio emergencial durante a pandemia e ao programa de transferência de renda aos mais pobres que sucedeu o Bolsa Família em 2022, o orçamento destinado às áreas sociais foi constantemente reduzido desde 2019.

## Deterioração das condições sociais e a volta da fome

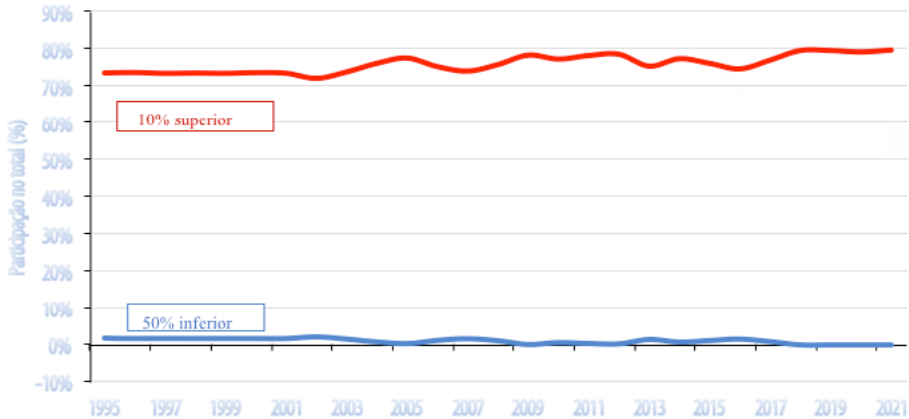
A face mais nefasta da crise econômica é certamente seus efeitos sobre a renda dos grupos menos privilegiados, seu menor acesso a políticas sociais compensatórias e o aumento da desigualdade. O Brasil viu estes indicadores piorarem de maneira acentuada desde 2014. Um dos países mais desiguais do mundo, o Brasil viu este fator se deteriorar no período recente. O índice de Gini, que mede a desigualdade passou de 0,61 no primeiro trimestre de 2015 para 0,674 no primeiro trimestre de 2021, de acordo com o FGV Social.<sup>8</sup> O gráfico 3 apresenta um panorama da distribuição da riqueza entre 1995 e 2021 e nos mostra que em 2021, os 10% mais ricos da população detinham cerca de 80% da riqueza familiar total, enquanto aos 50% mais pobres cabia menos de 0% desta riqueza.<sup>9</sup>

---

8 Cálculos do FGV Social/CPS a partir de microdados da PNADC trimestral-IBGE, utilizando a renda efetiva domiciliar per capita do trabalho. O índice de Gini é uma medida de desigualdade de renda que varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais se aproxima de 1, mais desigual é a distribuição de renda no país considerado.

9 A riqueza familiar é a soma de todos os ativos financeiros (por exemplo, ações, títulos) e ativos não financeiros (por exemplo, habitação), líquidos de dívidas, o que explica a possível ocorrência de valores negativos.

GRÁFICO 3. Distribuição da riqueza entre os 10% mais ricos e os 50% mais pobres no Brasil



Fonte: *World Inequality Report 2022*. Disponível em: <https://wir2022.wid.world/>.

Outro dramático indicador da piora das condições de vida da população é a volta da fome. A imprensa noticiou amplamente em 2022 o retorno do Brasil ao mapa da fome mundial. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO-UN) a prevalência de insegurança alimentar na população brasileira aumentou de forma considerável desde 2014. A média móvel entre 2014 e 2016 indicava que 18,3% da população estava em situação de insegurança alimentar, valor que chegou a 28,9% para o período 2019-2021.<sup>10</sup> O conceito de insegurança alimentar engloba diferentes formas de desnutrição: situações em que as pessoas podem arcar com o custo dos alimentos, ou por falta de recursos, não tem acesso a uma dieta saudável, o que é derivado de quadros de pobreza e desigualdade persistentes e agravado por crises econômicas, mudanças climáticas, conflitos e guerras. Pesquisa realizada no Brasil pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança

10 Dados de relatório da FAO *The State of Food Security and Nutrition in the World 2022*, divulgado em julho de 2022, disponível em: <https://www.fao.org/publications/sofi/en/>.

Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN)<sup>11</sup> revela que a cada dez famílias, seis não têm acesso a alimentação adequada, levando a fome a patamares semelhantes aos verificados nos anos 1990.

A partir destes eloquentes números, tem-se a percepção do grau de decadência da situação econômica dos mais pobres e, portanto, da necessidade de reverter estas tendências, tarefa a que se propõe o governo de frente ampla que assume em 2023 com Lula à frente.

## E agora, Lula?

O quadro econômico e social descrito até aqui dá ideia da magnitude do que resta a fazer, se a sociedade quiser, de fato, voltar a trilhar uma rota de diminuição de desigualdades e pobreza. Embora nenhum parlamentar ou representante da sociedade organizada ouse declarar-se contrário a este objetivo, sua posição na escala de prioridades das políticas públicas e a forma de perseguí-lo estão longe de ser consenso.

Para além do desafio de estabelecer prioridades em um governo que será composto por pessoas de diferentes origens, com visões e interesses diversos, estará a atribuição de um plano de governo viável do ponto de vista orçamentário e legal, dadas as inúmeras restrições presentes no sistema político brasileiro. Conseguir formar uma base de apoio parlamentar que permita a aprovação de uma política de reconstrução nacional talvez seja mais difícil do que fazer o plano de governo. A questão central é atender as necessidades urgentes da política social sem degradar ainda mais as contas públicas.

Tudo o que está sendo deixado pelo governo que termina precisa ser revisto, a começar pelo Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) para 2023, que prevê uma redução do gasto primário da ordem de 1,4% do PIB no ano (Freire, 2022). A equipe de transição de governo se ocu-

---

11 Foi lançado em 8 de junho de 2022 o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/20-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>.

pou do assunto desde seu primeiro dia de trabalho, com particular interesse na inserção dos gastos para transferência de renda para a população pobre. Como visto acima, o teto de gastos foi desrespeitado várias vezes durante a gestão Bolsonaro, com o aval do Congresso. Mas não se defende aqui uma elevação descontrolada de gastos. O fundamental está na alocação de recursos. Existem evidências de que uma política como o Bolsa Família custa barato (0,5% do PIB) e tem um forte impacto sobre a pobreza (Canzian, 2021). Primordial é o desenho das políticas e sua focalização. Transferir renda para os mais pobres é urgente prioridade. Mas há ainda a necessidade de reconstruir o que foi sistematicamente destruído pelo governo Bolsonaro, como a educação, a saúde, todo o sistema de fomento à ciência e tecnologia, órgãos federais de proteção do meio ambiente, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), para citar apenas alguns.

Os dados apresentados acima confirmam que não há espaço para cortar gastos. Então, além de uma melhor alocação dos recursos públicos, será preciso avançar na reforma tributária, fonte certa de conflitos políticos no Congresso e inúmeras vezes adiada. Disciplina fiscal é imprescindível para fazer governo que entregue estabilidade e gere condições para a retomada de investimentos privados.

O ‘estelionato eleitoral’ praticado por Bolsonaro, responsável por afundar ainda mais os cofres públicos, não foi suficiente para reelegê-lo. Seu desgoverno foi nefasto ao ponto de permitir a criação de uma proposta de resistência ampliada, sem a qual talvez Luiz Inácio Lula da Silva não se elegeisse. Outra vez ficou comprovado que a economia desempenha um papel fundamental nos ciclos eleitorais.

A complexidade da formação do novo governo, somada aos obstáculos com que vai se defrontar no legislativo e à polarização que se consolidou na sociedade indicam que é prudente não esperar que em quatro anos os incontáveis problemas da economia brasileira sejam resolvidos. Se houver inflexões nas curvas de decadência que vimos surgir desde 2014, já poderemos considerar um sucesso, especialmente no que concerne à pobreza e à desigualdade.

## Referências

- CAMPELLO, Daniela e César Zucco. Economia, popularidade e eleições. **Problemas Brasileiros**. 02/02/2022. Disponível em: <https://revistapb.com.br/ensaio/economia-popularidade-e-voto/>. Acesso em 01 abr. 2022.
- CANZIAN, Fernando. “É totalmente insensato dizer que falta dinheiro para dar aos pobres, diz Ricardo Paes de Barros”, **Folha de S. Paulo**, 05/10/2021. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/10/e-totalmente-insensato-dizer-que-falta-dinheiro-para-dar-aos-pobres-diz-ricardo-paes-de-barros.shtml>. Acesso em 18 nov. 2022.
- Conceição, Claudio e Solange Moreira “A cara da pobreza mudou” Blog do IBRE. FGV. 17/11/2022. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/cara-pobreza-mudou>. Acesso em 20.nov.2022.
- DUCH, Raymond M. Comparative Studies of the Economy and the Vote. In BOIX, Carles & Stokes, Susan C. (2007) **The Oxford Handbook of Comparative Politics**. (The Oxford handbooks of political science) Chapter 33, p. 805-844.
- FERNANDES, Ivan F. A. L. e Fernandes, Gustavo A. A. L. A importância do crescimento econômico local na escolha do chefe do Executivo no Brasil. **Revista de Administração Pública** 51(4); jul – ago. 2017. Rio de Janeiro: FGV, p. 653-688.
- FREIRE, Débora. “Licença para gastar ou corrigir?” In Folha de São Paulo, 18/11/2022, p. A-3. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2022/11/a-pec-da-transicao-e-necessaria-para-ajustar-o-orcamento-sim.shtml>. Acesso em 20/11/2022.
- LEWIS-BECK, Michael STEGMAIER, Mary. Economic Determinants of Electoral Outcomes. **Annual Review of Political Science**. 3, p. 183-219, 2000
- LEWIS-BECK, Michael STEGMAIER, Mary “Economic models of voting” In Russell J. Dalton & Hans Dieter Klingemann (eds.) **The Oxford Handbook of Political Behavior**. 2007. p. 519-538.
- Lewis-Beck, Michael S. and Nadeau, Richard and Foucault, Martial, The Compleat Economic Voter: New Evidence from the UK (August 3, 2011). Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=1904682> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1904682>
- LINS, Maria Antonieta D.T. “O que foi feito do país que andava firme para o futuro? O mal que a economia faz à política e vice-versa” In: Woischnik, Jan. (Org.). **Democracia, diálogo e cooperação: a Fundação Konrad Adenauer no Brasil: 50 anos**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2019, p. 115-130.
- OGANESYAN, Rafael. “Economic Voting in the Developing World.” Dissertação de mestrado University of Nevada, Las Vegas. 2014. Disponível em: <https://digitalscholarship.unlv.edu/thesesdissertations/2201/>. Acesso em 15 abr. 2022.

SINGER, André. **O lulismo em crise: Um quebra-cabeça do período Dilma** (2011-2016). 1a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 386 p.

VELOSO, Fernando. **Balanço da gestão econômica do governo Temer**. Blog do IBRE, Macroeconomia. 02/01/2019. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/balanco-da-gestao-economica-do-governo-temer>. Acesso em 31 out. 2022.